

As mudanças estruturais das universidades públicas brasileiras: uma proposta dialética de interpretação



Fernando Perlatto

Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).

As mudanças estruturais das universidades
públicas brasileiras:
uma proposta dialética de interpretação

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a relação entre as mudanças estruturais das universidades públicas brasileiras, a esfera pública e o conhecimento público. Para tanto, buscamos realizar uma abordagem dialética sobre as instituições públicas de ensino superior, destacando a possibilidade de uma combinação entre, de um lado, o avanço da excelência e da qualidade da produção acadêmica; e de outro, a ampliação dos processos de inclusão, de democratização e de valorização da missão pública das universidades.

Palavras-chave: Universidade. Esfera pública. Conhecimento público. Missão pública.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between the structural transformations undergone by public universities in Brazil, the public sphere and public knowledge. To this end, a dialectical approach to public institutions of higher education was adopted, highlighting the possibility of the advancement of excellence and quality of academic production combined with the furthering of the processes of inclusion, democratization and enhancement of the public mission of universities.

Keywords: University. Public sphere. Public knowledge. Public mission.

Nos últimos anos, diversas notícias têm contribuído para colocar as universidades públicas brasileiras no centro de importantes debates nacionais. Quer se pense nas discussões que tiveram curso no Brasil em torno das cotas raciais e sociais voltadas para a inclusão de grupos historicamente marginalizados do ensino superior; quer se reflita sobre as greves dos docentes e técnicos administrativos das universidades federais reivindicando melhores salários e condições de trabalho; quer se discuta sobre as manifestações dos estudantes com as ocupações de reitorias em diversas universidades do país, o que se vê é que as instituições públicas de ensino superior têm ganhado um espaço relevante no debate público nacional, como não ocorrera em anos anteriores. É importante ressaltar, contudo, que essas mudanças e esse destaque nas discussões públicas não se restringem ao Brasil. Em todo o mundo, as universidades têm se convertido em objetos de importantes debates e disputas envolvendo setores acadêmicos, membros do poder público, grupos privados e movimentos sociais. De maneira geral, as reflexões em torno das universidades públicas – sejam aquelas produzidas pelo mundo acadêmico, sejam aquelas pensadas no âmbito da sociedade civil – estiveram sempre permeadas por embates a respeito de seu futuro, com setores mobilizando argumentos ora em favor de sua elitização – ou até mesmo de sua privatização –, ora em defesa de sua democratização e ampliação da responsabilização pública de sua gestão.

A centralidade adquirida pelas universidades nos debates públicos é de suma importância, visto que elas se configuraram historicamente como instituições fundamentais da vida moderna. Conforme demonstrado por diferentes especialistas que se debruçaram sobre o tema, essas instituições – sobretudo a partir do século XIX, quando se implementou o modelo moderno humboldtiano de universidade – têm cumprido um papel fundamental no sentido de formar quadros profissionais para o mercado de trabalho e para as burocracias públicas e privadas, bem como para impulsionar o desenvolvimento dos países, promover a expansão e a democratização do conhecimento científico, e reduzir as desigualdades sociais, ao assegurarem a mobilidade social e o acesso de milhares de segmentos excluídos no ensino superior, garantindo-lhes maiores possibilidades de ascenderem socialmente (GUMPORT, 2007; FRANK e MEYER, 2007; KOGAN, 2000; SCOTT, 2003). Para além dessas contribuições mais amplas, importa destacar – inclusive para o argumento que propomos neste artigo –, que as universidades contribuíram, ao longo dos séculos, para a produção de conhecimento público e para a inserção, no debate público, de assuntos e temáticas de ampla relevância; colaborando, nesse sentido, tanto para a quebra de preconceitos e valores tradicionais outrora dominantes, quanto para o aumento da reflexividade das sociedades em torno dos desafios existentes para o seu desenvolvimento e crescente democratização.

A despeito da importância das universidades para impulsionar os processos acima destacados, é inegável que, conforme apontado por vários estudiosos, as instituições de ensino superior – sobretudo as públicas – têm enfrentado crises diversas nas últimas décadas em todo o mundo, sobretudo nos países centrais. Se os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial testemunharam um crescimento vertiginoso das universidades – acompanhado por uma maior democratização e politização destas, o que ganhou notável evidência a partir das manifestações do final dos anos 1960, que tomaram as universidades da Europa e dos Estados Unidos –, as décadas seguintes à de 1970, sob o impulso das reformas neoliberais, associadas à redução do papel do Estado no desenvolvimento de políticas sociais, assistiram a uma crescente crise das instituições públicas de ensino superior, as quais, em diversos países, se converteram em produtos a serem disputados em um mercado cada vez mais competitivo. Nesse sentido, é possível dizer que, em diversos países, as profundas transformações enfrentadas por essas instituições conduziram a redefinições na própria missão das universidades públicas, que passaram a formar estudantes e a produzir conhecimento influenciadas sobremaneira pela lógica de mercado. Não por acaso se verificou, nos últimos anos, um crescente movimento das grandes e médias universidades no sentido de vendê-las externamente como se fossem grandes empresas globais interessadas em atrair um público ávido pela obtenção de diplomas de ensino superior de instituições com selo internacional. Frente a esse quadro de crise, as universidades se viram instadas a enfrentar não somente desafios de ordem fiscal, mas também vinculados à disputa com outras instituições de pesquisa – como, por exemplo, laboratórios externos às universidades, “Think-Tanks” e, sobretudo, instituições de ensino superior particulares, que tiveram enorme crescimento nas últimas décadas – que desafiavam, para o bem e para o mal, a hegemonia outrora exercida pelas universidades públicas na produção do conhecimento acadêmico legítimo (RUCH, 2001; THAYER, 2002; ALTBACH & NIGHT, 2007; KLEES, 2008; CALHOUN, 2009b).

Tendo em vista esse quadro mais amplo de profundas transformações estruturais das universidades públicas em âmbito global, procuraremos refletir neste artigo sobre os desafios para se pensar sobre a *missão pública* das instituições públicas de ensino superior brasileiras, em um contexto de crescente avanço de valores relacionados ao mercado no âmbito do discurso e da prática acadêmica. Para tanto, na primeira parte deste artigo buscaremos analisar as universidades públicas brasileiras – em especial, as federais – sugerindo que elas têm vivenciado, especialmente na última década, um movimento contrastante à tendência mundial de privatização e desresponsabilização do poder público, tal qual descrita no parágrafo anterior. O que diferentes pesquisas dedicadas à compreensão do ensino superior no país têm evidenciado é que, além de um aumento substancial dos recursos públi-

cos direcionados às instituições federais, e uma crescente democratização desses espaços – como decorrência da ampliação do número de vagas nas instituições já existentes, e da expansão de *campus* especialmente para cidades do interior do país, assim como da expressiva ampliação de políticas de ação afirmativa –, tem havido uma presença mais significativa de temáticas relacionadas às universidades no debate público brasileiro.

Contudo, conforme buscaremos destacar na segunda parte deste artigo, ainda que passos tenham sido dados nesse sentido, o crescimento e a democratização do ensino superior não têm sido acompanhados de uma reflexão mais significativa sobre a *missão pública* das universidades federais do país. A hipótese que se pretende sugerir é a de que tem ocorrido um processo paradoxal no que concerne a questões relacionadas ao ensino superior público no país: se, por um lado, se percebe o avanço dos investimentos públicos e da democratização do ensino superior; por outro, tem havido um crescimento e consolidação de discursos e práticas que valorizam a produtividade e valores pró-mercado, deixando-se de lado uma reflexão mais acurada sobre a relação das universidades com a esfera pública e acerca de sua missão na produção do conhecimento público. O que se pretende sugerir, à guisa de conclusão do artigo, é a necessidade de inserir essa reflexão no cerne do processo de expansão do ensino superior, enfatizando-se a possibilidade de se conciliar, no âmbito das universidades públicas federais, as dimensões da qualidade, da produtividade, da internacionalização e da excelência com a democratização e a produção de um conhecimento e uma prática acadêmica voltados para a valorização da dimensão pública das instituições.

Mudanças estruturais das universidades públicas brasileiras

As universidades públicas brasileiras, especialmente as federais, têm passado por intensos processos de transformação ao longo da última década. Para além da expansão do número de universidades federais e da construção de novos *campi* em diversos estados do país, com a conseqüente ampliação do número de vagas, houve também um aumento significativo no número de docentes e técnicos administrativos, bem como uma expansão dos recursos para custeio e investimento dessas instituições. Iniciativas importantes relacionadas ao ensino superior foram impulsionadas nesse período, a exemplo da instituição da Universidade Aberta do Brasil (UAB), para cursos de ensino a distância; da ampliação do sistema de pós-graduação e do número de bolsas concedidas pelas agências de fomento; do estabelecimento do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES); e, mais recentemente, da criação do Programa Ciência Sem Fronteiras, que busca promover a internacionalização dos estudantes brasileiros mediante intercâmbio acadêmico e mobilidade internacional. Não obstante os problemas existentes em diver-

sas dessas iniciativas, elas tiveram consequências importantes no sentido de contribuírem para os processos de expansão e democratização do acesso às universidades do país. Nesse sentido, é possível afirmar que, nos últimos anos, o quadro brasileiro em relação às instituições públicas de ensino superior, com todos os problemas existentes, contrasta com o diagnóstico de crise que se verifica em outros países do mundo, em especial na Europa.

Para o argumento aqui proposto, importa destacar que as mudanças que tiveram curso recentemente no ensino superior contribuíram para inserir no debate público brasileiro a reflexão sobre os desafios das universidades públicas, especialmente as federais, mobilizando em torno de determinadas temáticas a atenção da opinião pública, dos formadores de opinião e da sociedade civil mais ampla, que passaram a debater, a partir de diferentes perspectivas, os problemas e desafios existentes no ensino superior público brasileiro. É possível corroborar este argumento a partir da análise de três exemplos, a saber: (I) a implementação das cotas sociais e raciais nas universidades públicas; (II) o estabelecimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); e (III) a expansão e aplicação, em escala nacional, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em todos esses casos, ainda que de distintas maneiras, o que se converteu como objeto de debate na esfera pública não foi exclusivamente o mérito substantivo das políticas públicas *per se*, mas aspectos mais amplos relacionados à missão pública das instituições federais para assegurar processos de *inclusão, expansão e democratização*. Nesse sentido, é possível sugerir o argumento de que todos esses processos lograram sucesso em possibilitar um debate mais amplo e sistemático na esfera pública sobre a própria missão pública das universidades brasileiras.

Nos últimos anos, um dos debates que mais ganhou repercussão na esfera pública do país foi aquele relacionado à implementação de políticas afirmativas nas universidades brasileiras, voltadas para a inclusão de segmentos historicamente alijados dessas instituições. A aprovação, em agosto de 2012, da Lei n. 12.711, que estabeleceu a política de reserva de vagas no sistema público de educação superior para estudantes de escola pública, pretos, pardos e indígenas, e sua consequente expansão para diversas instituições do país em 2013, intensificou ainda mais fortemente o debate público em torno de temáticas relacionadas às universidades, e o que se testemunhou foi o recrudescimento das discussões em diversos espaços, como jornais e revistas de grande circulação, universidades e escolas. Mais do que propriamente avaliar se as políticas afirmativas são positivas ou negativas, se contribuem ou não para o efetivo processo de democratização do ensino superior, se exacerbam preconceitos ou não, o que importa destacar é que a implementação da lei teve o mérito de intensificar o debate em torno das universidades no país, forçando os indivíduos, grupos e setores da sociedade a se posiciona-

rem a respeito de temáticas diversas que se relacionavam a questões sobre a implementação das cotas sociais e raciais. Nesse sentido, o que importa ressaltar é que, para além de um debate mais amplo sobre a preferência por políticas universais ou identitárias, ou sobre a existência ou não de uma “democracia racial” no país, as discussões que tiveram curso nos últimos anos contribuíram para impulsionar uma reflexão mais sistemática sobre a missão pública das universidades, ou seja, sobre a pertinência ou não de pensá-las como instituições dotadas de uma missão pública, orientadas para a dinamização de processos de *inclusão* social no país.

Outra política pública que teve importância fundamental para impulsionar os debates sobre a missão pública das universidades foi o REUNI. Inserido no âmbito de uma proposta mais abrangente para o sistema educacional brasileiro – a saber, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) –, o REUNI, instituído a partir do Decreto n. 6096 de abril de 2007, foi constituído no sentido de contribuir para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes de graduação nas universidades federais, mediante o aproveitamento da estrutura e dos recursos humanos já existentes, e também com a expansão de estruturas físicas e a contratação de docentes e técnicos administrativos. Ainda que mais restrito ao espaço das universidades, o debate público em torno do REUNI – mobilizando, sobretudo, entidades representativas dos estudantes, dos docentes e dos técnicos administrativos – ganhou enorme importância no âmbito das instituições públicas federais. Apesar dos argumentos contrários ou críticos ao programa em si, bem como à sua execução no âmbito das universidades, o que nos interessa ressaltar é que a proposição do programa teve papel importante para ampliar o debate em torno da missão pública das universidades e do papel destas para assegurar a *expansão* do acesso ao ensino superior.

Além da implementação das ações afirmativas e da criação do REUNI, outra política pública que teve papel importante para incitar as discussões sobre a missão pública das universidades foi aquela que diz respeito à expansão e ao redirecionamento do ENEM. Criado em 1998, com o intuito de avaliar o desempenho dos estudantes ao final da educação básica, a partir de 2009, o ENEM passou a ser também mobilizado como instrumento de seleção para o ingresso nas universidades, buscando contribuir tanto para ampliar o acesso às instituições públicas de ensino superior, quanto para impulsionar a mobilidade acadêmica dos estudantes, com o Sistema de Seleção Unificada (SISU), por meio do qual as universidades públicas oferecem vagas aos candidatos participantes do ENEM. A ampliação do arco de atuação do ENEM contribuiu para dinamizar o debate não somente sobre o ensino médio – na medida em que sua priorização como instrumento de seleção implica em mudanças significativas nos currículos das escolas –, mas também sobre a própria universidade, haja vista que o que se está a discutir são precisamente os

mecanismos utilizados para selecionar o perfil dos estudantes que ingressarão nas universidades. Nesse sentido, os debates em torno da substituição do vestibular por um tipo de avaliação menos ancorado na memorização, assim como as discussões sobre um instrumento como o SISU, que abre caminhos para que estudantes tenham a possibilidade de escolher as graduações que irão cursar em todo o país, contribuíram decisivamente para inserir no debate público diversas questões em torno da *democratização* do ensino superior.

Ao discutirmos muito brevemente a implementação das ações afirmativas, o estabelecimento do REUNI e as transformações que ocorreram no ENEM, não tivemos qualquer pretensão de realizar uma análise pormenorizada destas, mas tão somente chamar a atenção para o fato de cada uma delas ter contribuído de formas distintas para a dinamização do debate na esfera pública brasileira sobre a missão pública das instituições de ensino superior. Contudo, para o argumento proposto neste artigo, interessa destacar que, a despeito dessa contribuição, ao longo dos últimos anos, a reflexão mais ampla sobre a missão pública das universidades tem perdido substancialmente a força para a consolidação de discursos e práticas que procuram associar as instituições públicas de ensino superior às lógicas do mercado, da produtividade e da competitividade. Nos últimos anos, as universidades viram-se em uma encruzilhada no que se refere à sua missão pública, sobretudo em decorrência da colonização da dinâmica e da lógica de mercado na produção acadêmica (CHAUÍ, 2001). Conforme destacado por Gilberto Velho (2005, p.15), “as demandas produtivistas, a massificação, o utilitarismo tecnocrático” das instituições educacionais de ensino superior e pesquisa, cujo resultado “cada vez mais evidente é a ‘cultura da avaliação’ que, baseando-se, sobretudo, em metas quantitativas, descarta ou deixa de lado a importância de avaliações qualitativas”, têm impactos diretos na forma como as universidades são produzidas no país. As ciências humanas, particularmente, têm sido as principais vítimas dessa lógica tecnocrática e burocrática que “cada vez mais se assenhora do espaço público e interfere na produção universitária”, justamente pelo fato de serem “mais dificilmente enquadráveis em modelos produtivistas-pragmáticos”.

Duas discussões que ganharam destaque relevante nas universidades públicas brasileiras nos últimos anos e que evidenciam a força que esse tipo de agenda tem exercido nas instituições públicas de ensino superior são aquelas relacionadas à quantificação da *produtividade* dos pesquisadores e ao estabelecimento de *rankings* que classificam as universidades nacional e internacionalmente. O primeiro aspecto, que diz respeito aos indicadores de produtividade, teve maior expansão com o crescimento exponencial dos cursos de pós-graduação no país, e está vinculado às verbas direcionadas pelas agências de fomento à pesquisa, de acordo com a “produtividade” dos professores vinculados aos cursos de mestrado e doutorado. Conforme procura-

remos sugerir posteriormente, a iniciativa de valorizar e premiar a produtividade não pode ser tomada como, a princípio, equivocada, desde que pensada em uma chave mais ampla, articulada com a dimensão do público. Contudo, a forma como essa dimensão tem sido valorizada no âmbito das pós-graduações tem sido, em certo sentido, prejudicial; estimulando, inclusive, comportamentos pouco efetivos quando se pensa no avanço do conhecimento público, como, por exemplo, o acirramento da competitividade interna e externa aos departamentos e programas de pós-graduação das áreas; a prática de reprodução de artigos em revistas e congressos diferentes, apenas com o título modificado; a inclusão de autores que não participaram efetivamente da pesquisa, para a “contabilização” da produção no currículo *Lattes*; e a necessidade de uma produção mais preocupada com aspectos quantitativos do que propriamente qualitativos.

Relacionado a este debate sobre produtividade, podemos refletir sobre os debates que têm tido curso nos últimos anos no Brasil, em torno dos *rankings* universitários. Sobretudo mais recentemente, a grande imprensa tem contribuído para impulsionar a discussão em torno desse tema na opinião pública, quer ao criar mecanismos de ranqueamento próprios – a exemplo do Ranking Universitário Folha (RUF), instituído pela *Folha de São Paulo* –, quer ao criticar a posição das universidades brasileiras nos principais *rankings* internacionais, como, por exemplo, o Times Higher Education (THE), o Royal Society, e aquele elaborado pela Universidade de Xangai. Diversos editoriais de jornais e revistas e especialistas do campo educacional têm defendido, como corolário dessa crítica, a necessidade de se interromper o processo de expansão das universidades, de modo a concentrar os recursos na melhoria dos padrões capazes de possibilitar um avanço dessas instituições nos *rankings* universitários. Contudo, ainda que esses mecanismos classificatórios possam ter sua importância no sentido de contribuir para a construção de um diagnóstico mais preciso da situação das instituições de ensino superior – indicando-se, por conseguinte, seus avanços e problemas –, por outro lado, a naturalização dos *rankings* ignora problemas sérios que eles podem trazer para uma reflexão mais ampla sobre o ensino superior, na medida em que os instrumentos de classificação, além de concentrarem o foco avaliativo em critérios muito específicos e limitados – como, por exemplo, a pesquisa e a reputação nacional e internacional dos investigadores –, acabam por criar um modelo único de “bom funcionamento” que deve ser seguido pelas instituições dos países periféricos e semiperiféricos, atualizando, ainda que em novos termos, a teoria da modernização para as universidades, desconsiderando-se, por conseguinte, os contextos nos quais essas instituições estão localizadas, e as eventuais contribuições que elas dão ou potencialmente podem dar àquelas localidades.

Dessa forma, ao abordar as temáticas da *produtividade* e dos *rankings*, não buscamos rejeitar a importância desses instrumentos, nem negar *a priori* quaisquer contribuições que eles possam trazer para uma reflexão mais ampla sobre a melhoria das instituições públicas de ensino superior. Trata-se, tão somente, de problematizar a forma como essas discussões têm sido realizadas, quer no âmbito universitário, quer na esfera pública brasileira, posto que pensadas sob uma lógica próxima àquela do modelo empresarial. Na próxima seção, procuraremos fazer uma reflexão mais ampla sobre a relação entre universidades, esfera pública e conhecimento público, com o intuito de sugerir que uma proposição mais centrada no debate sobre a missão pública da universidade pode contribuir para pensar temáticas como *produtividade* e *rankings* em uma perspectiva mais alargada, que supere tanto a denúncia desses mecanismos como meros instrumentos de dominação empresarial nas universidades, quanto sua aceitação acrítica e fatalista, como tem ganhado força recentemente na opinião pública e na comunidade acadêmica. Trata-se de inserir essas temáticas em uma perspectiva que, sem descuidar da importância de se pensar a excelência acadêmica das universidades, não coloque como secundária a missão destas para impulsionar sejam processos de inclusão e expansão do acesso ao ensino, seja uma maior democratização do conhecimento público.

Universidades, esfera pública e conhecimento público

Em artigo intitulado “Redefining Public University: Global and National Contexts”, o sociólogo norte-americano Michael Burawoy, ao analisar a situação das universidades nos Estados Unidos, levantou duas importantes perguntas – a saber, “Universidade para quê?” e “Universidade para quem?” – que poderiam atuar como uma espécie de guia de qualquer reflexão que procure investigar a missão pública das instituições de ensino superior nos dias atuais (BURAWOY, 2011). Conforme destacado pelo autor neste texto, parte significativa das universidades contemporâneas se encontraria, pelo menos desde as décadas de 1970 e 1980, frente a pressões vindas tanto do excesso de regulação do Estado – sobretudo em contextos autoritários –, quanto da desregulação do mercado – principalmente nas democracias liberais –, que definiriam as agendas, as reflexões e as práticas que operariam no interior dos espaços universitários, reduzindo, quando não acabando com a autonomia dessas instituições. Diante dessa conjuntura, segundo Burawoy, fazia-se necessário um debate mais sistemático sobre, em primeiro lugar, *para que* servem as universidades e, em segundo, *para quem* as universidades deveriam ser orientadas. Ainda que, conforme procuramos demonstrar na seção anterior, as instituições públicas de ensino superior brasileiras não vivenciem o quadro de crise diagnosticado por Burawoy, o crescimento de valores e práticas relacionados ao mercado no âmbito das universidades permite cor-

roborar o argumento de que as perguntas formuladas pelo autor são pertinentes para refletirmos sobre a missão pública das universidades brasileiras nos dias atuais.

Nesse sentido, é importante observar – não obstante o crescimento das universidades do país nos últimos anos mediante investimento público – como é difícil encontrar uma reflexão mais acurada no âmbito dos espaços universitários sobre para que e a quem servem essas instituições. Na maior parte das vezes, quando este debate é feito, ele acaba por ser realizado a partir de uma concepção mais estreita e dogmática, que opera sob a lógica da resistência *tout court* a valores como produtividade, como se estes fossem *a priori* responsáveis pela privatização das universidades. A despeito da importância do discurso da denúncia ter sido historicamente e ainda ser deveras importante para a resistência à implementação de agendas neoliberais para as universidades – as quais, ao fim e ao cabo, conduzem a uma desregulamentação pública do ensino superior –, fato é que ele não contribui substancialmente para a construção de uma formulação menos mecanicista e mais dialética sobre as atuais mudanças estruturais das universidades públicas brasileiras, que seja capaz tanto de valorizar as transformações em curso relacionadas a preocupações com a produção de excelência, quanto de se mostrar assertiva no sentido de valorizar as universidades enquanto espaços de produção de conhecimento público, de democratização e inclusão, e de vinculação com a esfera pública brasileira.

Uma reflexão que opere nesse sentido deve se preocupar em refletir de maneira mais sistemática a respeito da missão pública das universidades, movimento este que tem se expandido na produção internacional e nacional sobre o tema (SANTOS, 1994; WILLINSKY, 2001; MARGINSON, 2006; SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008; HOLMWOOD, 2011; COLLINI, 2012; TRINDADE, 2000; SILVA, 2001; AGUIAR, 2009), mas que demanda uma maior atenção. Craig Calhoun (2006; 2009a; 2009b; 2011), por exemplo, tem procurado, em diferentes artigos, pensar sobre essa temática, chamando a atenção para o fato de que uma reflexão mais atenta sobre as universidades em sua relação com a esfera pública deve levar em conta não somente como esse conhecimento é produzido no interior das instituições, mas também como ele circula para além dos muros das universidades. Ou seja, trata-se de inserir a dimensão da *comunicação* no centro da agenda reflexiva sobre o caráter público das universidades, pensando-se *para quem* a produção acadêmica se dirige. O corolário deste argumento é a defesa do rompimento com o confinamento em que os acadêmicos, na maior parte das instituições, se encontram – falando entre seus pares somente em congressos de suas respectivas áreas –, passando a estabelecer uma comunicação mais efetiva e permanente com a sociedade. Diagnóstico semelhante é realizado por Simon Schwartzman, em artigo intitulado “A Pesquisa Científica e o Interesse Público”, publicado na

Revista Brasileira de Informação. De acordo com o autor, não obstante o fato de parte significativa das pesquisas que são produzidas nas universidades serem orientadas para temas que dizem respeito a aspectos práticos – vinculando-se, por conseguinte, ao interesse público –, elas se desenvolvem a partir de determinados arranjos institucionais e organizacionais da pesquisa acadêmica, que não favorecem uma comunicação mais efetiva do conhecimento na esfera pública e uma utilização “social da pesquisa” (SCHWARTZMAN, 2002).

Conforme destacamos na seção anterior, as políticas públicas – impulsionadas, nos últimos anos, pelo programa de políticas afirmativas, o REUNI e o ENEM –, por resultarem, de distintas formas, na reflexão em torno da inclusão, da democratização e da expansão das instituições de ensino superior, contribuíram sobremaneira para impulsionar debates concernentes à missão pública das universidades, e para se pensar em torno de questões como “universidade para quê” e “universidade para quem”. Contudo, este debate tem que ser ampliado para a própria dinâmica interna das universidades, especialmente no que concerne à pesquisa dos docentes das instituições, contribuindo para que o conhecimento acadêmico estabeleça um diálogo efetivo com as temáticas relevantes da esfera pública. Faz-se necessária, nesse sentido, uma maior expansão dos debates nas universidades – seja nos departamentos, institutos ou nos conselhos superiores – sobre os mecanismos que podem contribuir para, de um lado, ampliar a difusão do conhecimento público; e, de outro, expandir o diálogo com públicos externos às universidades.

Não se trata, nessa perspectiva, de encarar excelência acadêmica e democratização como valores antagônicos, mas de pensá-los em uma perspectiva dialética, que implique em um diálogo permanente entre essas duas dimensões. Nos últimos anos, a agenda da excelência – com todos os quesitos a ela associados, como, por exemplo, a valorização dos índices de produtividade dos pesquisadores e a defesa da internacionalização das instituições – se impôs nas universidades, com resultados positivos que implicaram a valorização de procedimentos relacionados à pesquisa, que não podem ser secundarizados. A denúncia dessa agenda por inteiro, como se ela implicasse necessariamente a privatização das instituições públicas de ensino superior, é equivocada, pois perde de vista justamente as contribuições efetivas que os cursos de graduação e pós-graduação de excelência têm dado não somente para a produção de um conhecimento científico relevante, mas para a formação de quadros preparados para as burocracias públicas e instituições privadas do país. Nesse sentido, recusar a dimensão da excelência é também abandonar a possibilidade de se pensar essa produção científica qualificada como apta a contribuir para o avanço do conhecimento público e dos debates que têm curso na esfera pública do país.

Por outro lado, aceitar acriticamente essa agenda da excelência, como se ela fosse virtuosa *per se*, também é equivocado, na medida em que muitos que a sustentam perdem de vista que cabe também às instituições públicas de ensino superior não somente a produção de conhecimento científico, mas também a atuação nos processos de inclusão e democratização do país. Se este argumento é válido para as universidades situadas nos países centrais, ele é ainda mais adequado para aquelas localizadas em países periféricos ou semiperiféricos, como o Brasil, ainda marcado pela exclusão de enormes contingentes populacionais do ensino superior, assim como pela persistência de abissais índices de desigualdade em todas as esferas da vida social. Em contextos como esses, as universidades não podem se dar ao luxo de focar suas atenções somente em dimensões como produtividade e boa colocação em *rankings* internacionais, sob o risco de secundarizarem o fortalecimento de suas vocações públicas. Nesse sentido, é possível afirmar que *pari passu* ao robustecimento de políticas orientadas para ampliar a qualidade das universidades – que implicam iniciativas como expandir o investimento nas pós-graduações e a internacionalização das instituições –, as universidades não podem descuidar de uma reflexão sobre a dimensão quantitativa – relacionada com a democratização do acesso e com a inclusão social –, bem como de um debate mais amplo sobre as conexões que essas instituições estabelecem com a esfera pública e com os públicos extra-acadêmicos.

Para exemplificar a possibilidade da conjugação das agendas da excelência e da democratização, é possível pensar, à guisa de conclusão deste tópico, sobre como combiná-las, tendo-se em vista as dimensões da *produtividade* e dos *rankings*. No que concerne mais especificamente à produtividade, o que se sugere é que ela seja compreendida não como uma dimensão contraposta à democratização do conhecimento público, mas, pelo contrário, como um mecanismo complementar e fundamental nesse processo. Afinal, quando os pesquisadores apresentam suas investigações em congressos ou revistas acadêmicas, eles estão, em certo sentido, tornando público o resultado de seus estudos. Nessa perspectiva, a produtividade não deve ser combatida, como fazem determinados setores acadêmicos, mas incentivada, na medida em que contribui para colocar em circulação um conhecimento que permaneceria restrito apenas ao próprio pesquisador ou aos seus colegas mais próximos. O professor universitário que não publica promove, sem que muitas vezes se dê conta, uma privatização às avessas, na medida em que não compartilha publicamente suas inquietações, investigações e temáticas de pesquisa. Contudo, essa agenda da produtividade não deve ser encarada somente pelo aspecto positivo, devendo ela ser problematizada e repensada de maneira mais amplamente vinculada à dimensão pública. Os critérios de produtividade a serem contabilizados pelas agências responsáveis pela avaliação não deveriam ser restritos somente à dimensão da pesquisa, de-

vendo ser também considerados aspectos como, por exemplo, a inserção do professor em projetos extensionistas, ou, ainda, sua participação em eventos voltados para ampliar a democratização e difusão do conhecimento científico para públicos externos às universidades.

Este argumento também pode ser mobilizado para pensar a questão dos *rankings*, mencionados anteriormente. Ainda que seja importante afirmar que eles não se configuram como os melhores mecanismos para avaliar e classificar a educação de forma mais ampla, eles podem contribuir para construir retratos, ainda que enviesados, da situação contemporânea das instituições, abrindo possibilidades para análises comparativas com outros contextos. Porém, assim como afirmado no caso da produtividade, os *rankings* poderiam considerar em suas classificações aspectos que contribuíssem para fortalecer a dimensão pública das instituições de ensino superior. Dessa forma, a despeito de a pesquisa e a inserção internacional merecerem uma atenção importante como critérios classificatórios, outros mecanismos poderiam ser considerados para a avaliação e comparação institucional, como, por exemplo, o papel que as instituições desempenham para promover a inclusão social de grupos historicamente marginalizados do seu interior, ou, ainda, a capacidade demonstrada pelas instituições de desenvolverem políticas de assistência estudantil que contribuam para a permanência e a conclusão dos cursos por parte dos estudantes de baixa renda. Critérios como a abertura das universidades para a comunidade desfrutar dos espaços públicos a ela pertencentes ou a contribuição que essas instituições dão para dinamizar processos de desenvolvimento municipal e regional poderiam ser, de alguma forma, aferidos pelos *rankings*. A inserção de um critério que permitisse avaliar o grau de participação das comunidades interna e externa nas decisões concernentes à universidade também contribuiria fortemente para impulsionar processos orientados para a ampliação do debate público e para a democratização das decisões no interior das instituições de ensino superior.

Conclusão

No decorrer deste artigo, procuramos sugerir a necessidade de se inserir de forma mais ampla o debate sobre a missão pública das universidades no centro da agenda reflexiva dedicada às instituições de ensino superior. Pensar sobre *para que* as universidades servem e *para quem* elas se dirigem implica uma reflexão mais acurada sobre a relação entre as universidades, a esfera pública e a produção do conhecimento público. A atual conjuntura na qual as universidades brasileiras se encontram torna esse tipo de debate ainda mais premente e necessário: se, por um lado, testemunhamos um aumento significativo dos recursos públicos para essas instituições, assim como a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão, democratização

e expansão do ensino superior, que contribuem para inserir a temática da universidade nos debates públicos do país; por outro, vislumbramos um crescimento preocupante de discursos e valores mercadológicos, que pensam as universidades apenas em termos de produtividade e de bom posicionamento em *rankings* nacionais e internacionais.

O que pretendemos sugerir neste artigo foi justamente a necessidade da superação da visão dicotômica que procura separar em polos opostos a busca pela excelência da pesquisa, por um lado, e a necessidade de processos de democratização, inclusão e expansão, por outro, como se não fosse possível a construção de instituições públicas de ensino superior vocacionadas para a combinação dessas duas agendas. Nesse sentido, buscamos sugerir que, longe de antagônicas, essas dimensões podem ser encaradas como complementares, objetivando-se o reforço e o diálogo permanente entre os elementos que as constituem. A compreensão desse processo, contudo, demanda, como procuramos sugerir ao longo deste artigo, um olhar mais dialético para as mudanças estruturais das universidades públicas brasileiras, que rompa com o denunciamento estreito, que apenas vislumbra a produtividade pelo seu aspecto negativo, quer com a aceitação acrítica dos valores pró-mercado, que perdem de vista a missão pública que as universidades devem assumir, sobretudo em contextos desiguais como o brasileiro. Essa visão dialética traz consigo uma dimensão que valoriza aspectos das transformações em curso, mas que procura reorientá-las no sentido do fortalecimento da dimensão pública das universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, E. A Universidade da Modernidade nos Tempos Atuais. **Avaliação**. Campinas, UNICAMP, v.14, 2009, p.29-52.

ALTBACH, P. & KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**. v.11, n.3-4, 2007, p.290-305.

BURAWOY, M. Redefining the Public University. Global and National Contexts. In: HOLMWOOD, J. **A Manifesto for the Public University**. London: Bloomsbury, 2011, p.27-41.

CALHOUN, C. The University and the Public Good. **Thesis Eleven**. 84, 2006, p.7-43.

_____. Free Inquiry and Public Mission in the Research University. **Social Research**. 76 (3), 2009a, p.901-932.

_____. Academic Freedom: Public Knowledge and the Structural Transformation of the University. **Social Research**. 76 (2), 2009b, p.561-598.

_____. The Public Mission of the Research University. In: CALHOUN, C.; ROTHEN, D. **Knowledge Matters**. The Public Mission of the Research University. Columbia: Social Science Research Council, 2011, p.1-32.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COLLINI, S. **What are Universities for?** London: Penguin, 2012.

FRANK, D.; MEYER, J. University Expansion and the Knowledge Society. **Theory and Society**. 36, 2007, p.287-311. GUMPORT, P. (Ed.). **Higher Education: Contributions and their Contexts**. Baltimore: The John Hopkins University, 2007.

HOLMWOOD, J. The Idea of Public University. In: **A Manifesto for the Public University**. London: Bloomsbury, 2011, p.12-26.

KLEES, S. Neoliberalism and Education Revisited. **Globalization, Societies and Education**. v.6, n.4, 2008, p.409-414.

KOGAN, M. **Transforming Higher Education**. A Comparative Study. Philadelphia: Jessica Kingsley, 2000.

MARGINSON, S. Putting Public Back into the Public University. **Thesis Eleven**. v.96, n.9, 2006, p.9-39.

NEWFIELD, K. **Unmaking the Public University**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

RUCH, R. **The Rise of the For-Profit University**. Baltimore: The John Hopkins University, 2001.

SANTOS, B. S. Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias. In: **Pela mão de Alice: O Social e o Político na Pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994, p. 187-226.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade do Século XXI**. Para uma Universidade Nova. Coimbra, Almedina, 2008.

SCOTT, P. Challenges to Academic Values and Organization of Academic Work in a Time of Globalization. **Higher Education in Europe**. v. XXVIII, n.3, 2003, p.295-306.

SILVA, F. L. Reflexões sobre o Conceito e a Função da Universidade Pública. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.42, 2001, p.295-304.

SCHWARTZMAN, S. A Pesquisa Científica e o Interesse Público. **Revista Brasileira de Inovação**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, 2002, p.361-395.

THAYER, W. **A Crise Não Moderna da Universidade Moderna**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

TRINDADE, H. Saber e Poder: Os Dilemas da Universidade Brasileira. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.14, n.40, 2000, p.122-133.

WILLINSKY, J. Rethinking What's Public in the University's Public Mission. In: CALHOUN, C.; ROTHEN, D. **Knowledge Matters**. The Public Mission of the Research University. Columbia: Social Science Research Council, 2011, p.290-314.